

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Identidade, raça e interpretação do Brasil em Manuel Querino.

Carlos Antonio dos Reis*

Resumo: O texto aborda a obra de Manuel Querino, folclorista e militante negro da Bahia, que no começo do século XX, diretamente envolvido por modelos cientificistas de interpretação, teceu suas considerações sobre a raça e as religiosidades afrodescendentes ao pensar o nacional. Traz uma releitura do autor afim de situá-lo dentro de um grupo de intelectuais preocupados com a construção de uma nacionalidade brasileira resultante direta da mistura das raças, dentre os quais destacam-se nomes como Silvio Romero e Nina Rodrigues, em que pesem suas diferentes abordagens.

Palavras-chaves: Manuel Querino – raça – identidade nacional.

Abstract: The text approaches the Manuel Querino's thought, black folklorist and militant from Bahia. In the beginning of the twentieth century, under scientificists models of interpretation, he wrote his propositions about the race and the african religions, considering the national element. It brings an analysis of the author's work with the intention of situating him into a group of intellectuals interested in the construction of a nationality as a direct result of the mixture of races, like Silvio Romero and Nina Rodrigues, although their approaches differer.

Keywords: Manuel Querino – race – national identity.

Entre fins do Oitocentos e a primeira metade do Novecentos brasileiro, a tentativa de se estabelecer um “espírito nacional” passou, por vezes, pela presença da variável raça.¹ É ponto comum, na historiografia que se dedicou ao estudo desta temática, a idéia de que na passagem do século XIX para o XX muitos intelectuais brasileiros se filiaram a proposições cientificistas de cunho racista para construírem seu pensamento social em busca do conhecimento de um “Brasil real”. Pensamento que, via de regra, baseava-se, à luz de pressupostos positivistas e do darwinismo social, em postulados “científicos”, recorrendo-se

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp.

¹ A idéia de se pensar o Brasil partindo da variável raça não é em si própria deste período. Já havia aparecido anteriormente, tanto na literatura romântica, que elegera o indígena como representante da brasilidade, quanto na historiografia, em concurso realizado em 1840, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para se discutir a melhor forma de escrever a História do Brasil. A proposta vencedora, do naturalista alemão Karl Friedrich P. von Martius, em linhas gerais, defendia que qualquer um que se dispusesse a tal tarefa deveria levar em consideração a presença das três raças como contribuição à formação do brasileiro. Por sua vez, de maneira afirmativa, Mariza Corrêa defende que: “Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça” (CORRÊA, 1998:53).

muitas vezes à biologia em suas considerações sobre o meio e a raça, para o estabelecimento de modelos de civilização e progresso dos diferentes povos na formação das nações.

A questão fundamental que se colocava à época era: como conciliar a presença de uma população essencialmente negra ou mestiça, que trazia em si as marcas de um passado identificado ao atraso – por isso indesejada – e condenada por muitas falas da antropologia, num corrente processo de modernização e consolidação de uma possível identidade nacional, pensada a partir das elites brancas? Na maioria dos autores, influenciados pelas máximas do darwinismo social, a tendência foi sobrepor a figura do branco, muitas vezes idealizada, frente aos demais tipos étnicos.

Na literatura e na historiografia do período, explicações mesológicas e ideais racistas atribuíam aos processos de formação racial as origens dos males e do “atraso” do Brasil, o que parecia inviabilizar a construção da Nação. Ao negro e ao mestiço, em geral, cabiam as (des)qualificações de inferior, incapaz, imoral, indolente, primitivo, incivilizável, entre outros adjetivos carregados de igual negatividade, levando-os a serem gradativamente alijados das esferas sociais e inferiorizados nas diversas representações constituídas acerca do brasileiro.²

A ciência da época, vista como “força produtiva que gera conhecimento e práticas que conformam o mundo em que vivemos” (STEPAN, 2005:17), muito contribuiu para que estas representações racistas pudessem encontrar boas acomodações no Brasil. Nina Rodrigues, por exemplo, adepto dos estudos de frenologia e de craniologia, adotava os ensinamentos de Cesare Lombroso da escola positivista italiana de antropologia criminal e afirmava que qualquer análise etnográfica da população brasileira deveria ser feita a partir da utilização de critérios estritamente científicos – supostamente neutros –, independentes dos sentimentos que se pudessem desenvolver quanto aos elementos não brancos, já que segundo o autor:

Para a ciência não é esta inferioridade – do negro – mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual de desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. (RODRIGUES, 1933/1945:26)

² Afirmações proferidas nessa linha, sendo construídas ideologicamente, ganharam foro de “verdade científica” e de mito, persistindo na memória coletiva, mesmo depois de rejeitadas por novas abordagens que não mais contemplavam o binômio raça-meio (SOUZA, 1983; NAXARA, 1998). O descrédito em relação a esse tipo de abordagem no trato da identidade nacional ocorreria na década de 1930, momento em que se passou a uma interpretação mais culturalista, influenciada pela antropologia de Boas. Nesse caminho, um dos maiores expoentes seria Gilberto Freyre.

As pesquisas de Nina Rodrigues sobre os africanos – especialmente sobre a religiosidade negra – não constituíam, portanto, uma “preocupação” com a “pureza étnica” deste grupo. Tratava-se de estudos que procuravam averiguar “cientificamente” o grau de primitivismo e degeneração em que se encontrava essa parcela significativa da população brasileira no período pós-abolição. Era “em nome da ciência que ele (Nina Rodrigues) tentava influenciar a opinião pública a favor de suas idéias” (CORRÊA, 1998:202).

Na contramão do médico-cientista, a obra de Manuel Raymundo Querino³ (1851/1923) – folclorista quase sempre lembrado apenas por estudiosos das religiões e das tradições africanas na Bahia –, aparece como uma forma de oposição, uma resposta a esse tipo de explicação que estabelecia a inferioridade de negros e mestiços. Querino procurou valorizar a presença dos aspectos culturais na formação do Brasil, conferindo peso decisivo à presença de elementos da cultura negra, por vezes depreciada nas representações construídas por muitos pensadores daquele momento. Depreciações que recorriam tanto ao ideal de branqueamento da população, por meio da mestiçagem (Silvio Romero), ou do seu descrédito, tendo em vista a afirmação da degeneração das camadas brancas da população em contato com elementos originalmente pertencentes a raças inferiores (Nina Rodrigues), moeda corrente entre os discursos higienistas.

Por volta da primeira década de 1900, Querino realizou seus estudos folclóricos e etnológicos, mesmo sem possuir uma formação científica, fator tão cultuado na época. Interessou-se, nestes estudos, por retomar a cultura popular e em resgatar certas vivências e práticas cotidianas em vias de desaparecer em função dos processos modernizadores então em andamento na Bahia. Dedicou-se principalmente em reforçar a atuação do negro na “feitura” do Brasil, elegendo suas contribuições – presentes na sua história, dança, musicalidade, manifestações religiosas, culinária e no próprio trabalho forçado nas lavouras e minas do país – como principais agentes delineadores da nacionalidade brasileira. Seu interesse partia, certamente, de suas desilusões com o abandono em que esta camada da população se encontrava, principalmente num momento em que o povo reivindicava para si um lugar de maior destaque, tanto no mercado de trabalho, dada a abolição do trabalho escravo e a grande presença de trabalhadores estrangeiros, quanto, num sentido mais geral, lutava por um maior

³ Baiano, negro, órfão descendente de pais escravos, Querino se projetara nos meios intelectuais através da forte influência exercida por seu tutor, o fundador do primeiro Instituto Histórico Baiano (1856), Manuel Correia Garcia. Instruído nas letras, foi recrutado aos 17 anos e serviu como oficial inferior num batalhão no Rio de Janeiro, durante as campanhas contra o Paraguai, de onde recebera baixa em 1869, voltando à Bahia. De volta a Salvador, ligou-se ao ramo das artes, exercendo funções de pintor-decorador e posteriormente fundando juntamente com outros artistas baianos o Liceu de Artes e Ofício, onde atuou como lente de desenho geométrico (RAMOS, 1938).

espaço de representação e participação nas esferas políticas do poder. Querino, através de suas militâncias⁴ e, principalmente, de sua produção intelectual, se insurgia contra os projetos elitizados de uma República que, do seu ponto de vista, não atendia ao povo; e contra a perspectiva que percebia a miscigenação em geral e, o negro em particular, como fator que mais pesara para o atraso do país, vislumbrando, como caminho para o progresso, uma nação branca à moda européia.

A obra de Querino afirma-se como resposta às constantes depreciações que o povo, e, sobretudo o negro recebia nas diversas representações que se edificavam em torno do nacional, rompendo com certos processos de construção que buscavam em referências paradigmáticas da ciência determinista e racista do período, das quais Nina Rodrigues era um interlocutor por excelência, o parâmetro para descrever estas populações que traziam consigo as marcas de um passado que o progresso desejava apagar e esconder, inclusive fisicamente, ora ao propor seu progressivo branqueamento por meio da mestiçagem, ora pelo afastamento destas camadas indesejadas para longe dos espaços centrais da cidade, afim de “higienizá-los”, tornando-os menos populares – menos negros (CHALHOUB, 1996).

Por vezes Querino, já em sua época, fora questionado por certas falhas que o impossibilitavam de se configurar como um dos “homens de ciência”, dos quais nos fala Lilia Schwarcz (1993:23-42), sendo reconhecido apenas como folclorista, autodidata ou curioso que se interessara pelos assuntos do negro na nação. Estes eram os lugares a ele reservados dentro da intelectualidade do momento, já que não estava vinculado a nenhuma instituição científica, em que pese tenha sido o próprio Arthur Ramos – discípulo de Nina Rodrigues – o responsável por reviver a obra de ambos na década de 1930, reunindo parte de seus escritos numa coletânea intitulada **Costumes Africanos no Brasil**, onde constam os principais resultados das pesquisas de Querino sobre as “sobrevivências africanas” – religiões, cultos, tradições e a culinária dos negros, escravos ou livres, do Brasil e da Bahia em particular. Na contramão de outros contemporâneos que procuravam deprimir o negro, em seus escritos Querino colocava-o em papel de destaque, evidenciando as diversas maneiras com que este, no “convívio e na colaboração das raças” atuara “na feitura do país”.

Contra um certo tipo de ideal de modernização e progresso excludente, dominante na mentalidade de considerável parcela da sociedade, Querino lançou seu olhar para as manifestações populares, procurando estabelecer através da presença do negro, não só seu passado de árduos trabalhos para construir o Brasil, e sim, demonstrar a capacidade criativa

⁴ Querino era membro/fundador da Liga Operária Baiana e também participava do movimento abolicionista de Salvador na Sociedade Libertadora Sete de Setembro. Foi Conselheiro Municipal na década de 1890.

de sua cultura e seus empréstimos no desenvolver de uma brasilidade. Como assinala Maria G. Leal, Querino

[...] Pesquisou na sua tarefa de etnólogo, o mundo africano, e resgatou valores culturais, sociais e políticos ameaçados de extinção da memória nacional através da política de branqueamento proposta no âmbito da civilização tropical republicana. (2004: 274)

Desta forma, Querino deu:

[...] visibilidade a uma outra leitura da existência, presença e das experiências de um segmento da população ainda invisível enquanto produtora de cultura e colaboradora para a formação da identidade nacional brasileira. Não como objeto de ciência, os africanos e seus descendentes foram interpretados como sujeitos históricos que se confundiam com a história da formação da nação brasileira. (2004: 74)

As práticas e manifestações populares, recolhidas por Querino, caminhavam em direção oposta aos projetos de civilidade baseados em padrões europeus, sobretudo franceses, das elites. O candomblé, por exemplo, fazia parte de um cenário que as elites desejavam apagar, uma vez que, devido à maciça presença dos negros, era relacionado à pobreza, ao atraso e ao primitivo que, já não tinha mais espaço dentro da modernidade que aquela sociedade reivindicava para si. Desse modo, recorria-se à força policial como meio de coibir tal prática. Mostra-se elucidativa a seguinte passagem da seção de Queixas e Reclamações de um jornal da capital baiana:

*Os candomblés – Moradores na Fazenda Garcia pedem-nos que invoquemos a atenção da polícia para os candomblés que ali funcionam, desbragadamente, dia e noite, perturbando o repouso dos que moram nas suas imediações.
[...] Se a polícia não quer acabar com semelhantes atentados à civilização desta capital, ao menos providencie para que seja respeitado o direito ao repouso noturno que, incontestavelmente, tem as famílias residentes nas vizinhanças desses candomblés. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1904:02 apud LEAL, 2004: 55, grifos nossos)*

Afirmando-se contra esse movimento de repressão, não só físico, mas, principalmente simbólico, dos hábitos do povo, Querino defendia as manifestações da religiosidade africana – em que pese um tom evolucionista em seu discurso – elogiando-as, ao afirmar que

Incontestavelmente, o feiticismo africano exerceu notória influência em nossos costumes... na psicose nacional, no indivíduo e na sociedade. E, aproveitando o ensejo, deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas. (QUERINO, 1916/1955: 22-23)

Por outro lado, Nina Rodrigues, como avalia Mariza Corrêa, em suas passagens sobre a religiosidade africana demonstra um certo desprezo, na medida em que estas não constituem “uma louvação da pureza africana”, mas, ao contrário, “o reconhecimento dos elementos certos nos lugares devidos: o negro poderia ser agressivo ou fetichista na África, não no Brasil” (1998: 186).

Ainda sobre a religiosidade africana, Querino, tecia seus comentários em favor de um sincretismo, em certa medida forçado pela colonização portuguesa, mas que nem por isso acabara com a capacidade criativa e original do negro. Capacidade de se adaptar e forjadora de um traço característico do brasileiro: a superstição.

O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, conseqüência fatal aos povos em sua infância (QUERINO, 1916/1955: 35).

Por vezes Querino, através de sua obra e militâncias, fora considerado um herói de sua classe e de sua raça. Alguns, a seu respeito, afirmaram que se tratou do primeiro historiador afro-brasileiro, e que teria sido o primeiro a reivindicar uma revisão da maneira pela qual o negro era tratado pela intelectualidade nacional, produzindo desta forma uma obra nos moldes da chamada “história vista de baixo”. Falecera em 1923, vítima de malária e sua obra permaneceu pouco conhecida. Mais tarde, esta seria revivida tanto pela visão “científica” de Arthur Ramos (1938), quanto pela ficção de Jorge Amado, que se inspirara na trajetória de Querino para dar vida a Pedro Archanjo, personagem central de seu romance *Tenda dos milagres*, de 1969 (SKIDMORE, 1976: 310; LEAL, 2004:257).

Na visão de Querino, o negro estava sendo constantemente atacado nas representações que dele se construíam, guiadas por certos referenciais racistas e deterministas, que somente atendiam aos interesses de uma elite preocupada em se estabelecer dentro de moldes de civilização e progresso europeus. Referenciais evolucionistas dos quais o próprio Querino não conseguiu escapar, por exemplo, quando se referia ao Brasil como um “povo em sua infância”. Tentou, então, combater tais “ataques” realizando intensa pesquisa junto às comunidades negras de Salvador, mesmo sem uma formação “científica”, o que lhe renderia muitas críticas e desconfianças mais tarde. Recorreu à oralidade e a memória das populações negras de Salvador, visitando cultos de candomblé, rodas de capoeira, entre outros espaços onde sua presença se fazia marcante, a fim de levantar um material que demonstrasse o valor destas práticas para a constituição da cultura brasileira.

Muitos intelectuais desde meados do XIX falavam da construção do Brasil como resultante da mistura das três raças – indígena, branca e negra. Querino também

compartilhava desta opinião, contudo percebia que a contribuição negra estava sendo minimizada e menosprezada. Em seu caminho, diferenciou-se de outros que também se dedicaram aos estudos da cultura popular e a busca de um caráter nacional. Silvio Romero julgara que na “luta pela vida e pela civilização”, a vitória seria do elemento branco, mais forte e mais adaptado, enquanto que o negro seria apenas um meio de se atingir, através da mestiçagem, o branqueamento desejado (ROMERO, 1888/1977:229-33). Nina Rodrigues diagnosticara no negro sua suposta inferioridade e a conseqüente morosidade em civilizar-se, pouco contribuindo para o futuro da Nação brasileira. Afirmara categoricamente que, como a constituição de nossa nacionalidade e de nossa capacidade cultural se dera pelo mestiçamento, deveríamos, portanto, buscar no sangue negro não só algumas de nossas virtudes, mas principalmente “muitos de nossos defeitos” (1906/1935:23-4). Querino, em outra direção, afirmava que o negro fora o principal responsável pelo engrandecimento e pela existência da nação brasileira, seu trabalho e sua força criativa, teriam sido traços decisivos para se moldar a nacionalidade.

Sua obra permaneceu marginalizada e colocada num segundo plano, provavelmente porque não tinha o caráter erudito e o rigor científico tão almejados na época. O seu papel na intelectualidade brasileira encontra-se pouco delimitado. Querino teve dificuldades para negociar sua inserção entre as elites e os intelectuais de seu tempo. Nunca fora reconhecido como tal, nunca chegou a constituir um dos chamados “homens de ciência”. Os poucos que se referiram a ele, o classificaram como um “autodidata”, um “curioso”, um “etnólogo prático” e no máximo um folclorista. Segundo Leal (2004:321), o fato de ter sido considerado um folclorista é significativo, pois expressa dois aspectos do racismo da época: 1º) falar das práticas africanas era tratar do “folclore”, este entendido de forma desqualificada, já que a cultura negra era considerada de menor valia, sendo os negros julgados primitivos e inferiores, verdadeiros “inimigos da civilização”; 2º) o termo também desqualificava a competência de Querino, já que este era apenas esforçado, e, carecendo de erudição e ciência, se limitava simplesmente a narrar a “cultura menor” dos negros.

Por volta dos anos de 1930, ocorre um resgate da presença africana em nossa formação cultural, e a questão nacional adquire novos enfoques, a partir da realização de Congressos de Etnologia Afro-brasileira, no Recife (1934) e na Bahia (1937). “O ponto mais enfatizado pelos pesquisadores da época é a desvinculação retórica do determinismo biológico” (CORRÊA, 1998: 269-70). Discute-se, a partir de então, os aspectos da cultura nacional e não mais os “problemas” causados pela raça, sobretudo a negra. A obra de Querino é revisitada e reeditada por Ramos. O momento agora era dotado de um tom mais culturalista

no enfoque às questões identitárias. Há uma guinada para uma auto-imagem, em certa medida, mais negra e mestiça do Brasil. Ainda assim, muitas das representações pejorativas do negro, sendo construções históricas, permaneceriam fortemente arraigadas no imaginário e nas práticas do dia-a-dia coletivos.

Referências Bibliográficas:

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

LEAL, Maria G. 2004. **Manuel Querino entre letras e lutas - Bahia: 1851-1923**. 425f., Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

NAXARA, Márcia. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional (1870/1920)**. São Paulo: Annablume, 1998.

QUERINO, Manuel. (1916) **A Raça Africana e seus Costumes**. Salvador: Progresso, 1955.

_____. **Os costumes africanos no Brasil**. Org. e pref. de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RAMOS, Arthur. Prefácio In QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RODRIGUES, Raimundo Nina. (1906) **O animismo fetichista dos negros bahianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. (1933) **Os africanos no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

ROMERO, Sílvio. (1888) **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. (Tendências, v.4)

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. (História e Saúde)